



SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO1

LEI Nº 472/2021, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021..... 1

LEI Nº 473/2021, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021..... 2

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 472/2021, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE TITULAÇÃO EM FAVOR DA CÂMARA MUNICIPAL E DISPÕE SOBRE PERMUTA DE ÁREA PÚBLICA POR PARTICULAR NO MUNICÍPIO DE MARIANÓPOLIS.”

ISAIAS DIAS PIAGEM, Prefeito Municipal de Marianópolis do Tocantins/TO, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber a toda a população do Município, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a atualização e desmembramento da área Pública Municipal, referente ao lote 01 da quadra 11, do Residencial Flor do Ipê, neste Município, que que passará a ter as seguintes confrontações:

I – Lote 1-A: da quadra 11, do Residencial Flor do Ipê, neste Município, começando na rua Ipê 10 com medida de 26,54 metros, seguindo entre a rua Ipê 12 medindo 69,64 metros e Ipê 13 medindo 70,00 metros e aos fundos medindo 49,08 metros, passa a

ser de propriedade da Câmara Municipal de Marianópolis do Tocantins, de acordo com os mapas anexos.

II – Lote 02: começando na rua Ipê 09 com medida de 48.26 metros, e seguindo entre a rua Ipê 12 medindo 230,00 metros, Ipê 13 medindo 231,02 metros e aos fundos medindo 49,08 metros, ficando com a área total de 9.600,00 m² (nove mil e seiscentos metros quadrado), de propriedade da Prefeitura Municipal de Marianópolis do Tocantins e lote

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica também autorizado a permutar área Pública Municipal com área privada, nos seguintes termos:

§1º - a área privada: lotes 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 27, 28, 29 e 30 todos da quadra 04 entre as ruas Ipê 4 e Ipê 8, do Residencial Flor do Ipê, neste Município, com área total de 9.600,00 m² (nove mil e seiscentos metros quadrados), conforme mapa descritivo anexo, de propriedade de Flor do Ipê empreendimentos imobiliários serão permutados com o lote 02 da quadra 11, do Residencial Flor do Ipê, neste Município, começando na rua Ipê 09 com medida de 48.26 metros, e seguindo entre a rua Ipê 12 medindo 230,00 metros, Ipê 13 medindo 231,02 metros e aos fundos medindo 49,08 metros, com a área total de 9.600,00 m² (nove mil e seiscentos metros quadrado), conforme mapa em anexo.

§2º - O lote 1-A da quadra 11, do Residencial Flor do Ipê, neste Município, começando na rua Ipê 10 com medida de 26,54 metros, seguindo entre a rua Ipê 12 medindo 69,64 metros e Ipê 13 medindo 70,00 metros e aos fundos medindo 49,08 metros, passará

SALES LOPES DO COUTO
Secretário Municipal de Administração

IDALINA MARIA DINIZ BARBOSA PIAGEM
Secretária Municipal de Saúde

ILTON COUTINHO DA SILVA
Secretário Municipal de Transportes e Obras

LUIS JONATAS ALVES DA SILVA
Secretário Municipal da Juventude, Esporte e Lazer

MARCOS DIONIS ALENCAR DE AZEVEDO
Diretor Administrativo do PREVIMAR

ISAIAS DIAS PIAGEM
Prefeito Municipal

VALDECI ANTÔNIO DA SILVA
Vice-prefeito

ERIVAN SERPA MARTINS
Presidente da Câmara Municipal (2021-2022)



ELZA DIAS PIAGEM DE ARAUJO
Secretária Municipal de Finanças

MARA ANDRÉIA PREDIGER
Secretária Municipal de Educação

MARIA DE JESUS DIAS PIAGEM DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social

GABRIEL OLIVEIRA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Agricultura

MANOEL RAMOS DA SILVA
Chefe do Controle Interno

a ser de propriedade da Câmara Municipal de Marianópolis do Tocantins.

Art. 3º - Fica a critério do poder executivo autorizado o remembramento total ou parcial dos lotes 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 27, 28, 29 e 30 da quadra 04 entre as ruas Ipê 4 e Ipê 8, do Residencial Flor do Ipê, neste Município, com área total de 9.600,00 m² (nove mil e seiscentos metros quadrados).

Art. 4º - Com as atualizações de que trata esta lei, fica autorizado a venda/comercialização, por parte do particular, dos lotes anteriormente gravados como de área pública, exceto aquela de que trata o art. 2º.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Marianópolis do Tocantins,
aos 31 de dezembro de 2021.

ISAIAS DIAS PIAGEM
Prefeito Municipal

LEI Nº 473/2021, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para o ano de 2022, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da administração direta do poder executivo municipal e dá outras providências”.

ISAIAS DIAS PIAGEM, Prefeito Municipal de Marianópolis do Tocantins/TO, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber a toda a população do Município, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições, prazos e regime

especial previstos nesta lei, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único – As contratações a que se referem o *caput* deste artigo dar-se-ão sob a forma de contrato de regime especial.

Art. 2º - Consideram-se como de excepcional interesse público as contratações por tempo determinado que visam:

- I – atender à situação de calamidade pública;
- II – combater surtos epidêmicos e/ou pandêmicos;
- III – promover campanhas de saúde pública que não sejam de caráter contínuo, mas eventuais, sazonais, temporárias ou imprevisíveis, por fato alheio à vontade da administração pública;
- IV – atender ao suprimento de docentes e funcionários de escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, nas hipóteses previstas na presente lei complementar;
- V – realizar pesquisas estatísticas de campo;
- VI – pessoal técnico especializado ou operacional, para realização, elaboração e execução de projetos, serviços e obras decorrentes de termos de cooperação, ajuste, convênio ou similar, com prazos determinados, bem como, implementados mediante acordos internacionais ou de âmbito federal, desde que haja em seu desempenho subordinação do contratado ao órgão público, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da administração municipal;

§ 1º - Os contratos temporários previstos nessa Lei poderão ter duração mínima de 30 dias e máxima de 12 meses, conforme necessidade pública e disposição contida em contrato;

§ 2º - Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente Lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por uma única vez e até o limite do prazo previsto no contrato original.

§ 3º - As prorrogações devem ser formalizadas em termo aditivo ao contrato inicial e encaminhadas para autorização governamental, no prazo máximo



de 10 (dez) dias do termo final de vigência do contrato e plenamente demonstrada a necessidade de prorrogação da contratação nos termos desta Lei.

Art. 3º - As contratações na forma da presente Lei somente poderão ser feitas com estrita observância do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal bem como dos limites de gastos com pessoal e mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - O *caput* do presente artigo não se aplica para as contratações temporárias vinculadas a convênio, programa ou termo de cooperação com prazo determinado, que contenha repasse de recursos para o pagamento do pessoal envolvido nas atividades, e desde que a receita não integre a receita corrente líquida, considerando-se apenas como gasto de pessoal o valor excedente ao considerado nos planos de aplicação dos recursos objeto de convênios, ajustes e termos de cooperação.

§ 2º - As contratações deverão ser solicitadas pelos Secretários Municipais, através de ofício dirigido ao Chefe do Poder Executivo Municipal, contendo:

I – Justificativa pormenorizada sobre a necessidade da contratação nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal;

II – Caracterização da temporariedade do serviço a ser executado nos termos desta Lei;

III – peculiaridades relativas às funções a serem exercidas pelos contratados na forma desta Lei, como a carga horária semanal, salário, local da prestação do serviço e possíveis necessidades de deslocamento da sede e necessidade de pagamento de gratificações decorrentes da natureza da atividade a ser desenvolvida;

IV – a estimativa de custos da contratação, a origem e a disponibilidade dos recursos financeiros e orçamentários necessários às contratações.

§ 3º - A Divisão de Pessoal deverá manter relatório pormenorizado das contratações efetivadas para controle da aplicação do disposto nesta lei e da força de trabalho.

Art. 4º - É proibida a contratação, nos termos desta lei, de servidores que já pertencem ao quadro da Administração Pública Municipal.

§ 1º - Excetua-se do disposto no caput deste artigo, a contratação para cargo de professor da rede municipal de ensino, respeitada as disposições do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º - Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração ao disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive em solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado, desde que apurada a concorrência deste.

Art. 5º - A remuneração do pessoal contratado, nos termos desta lei, será fixada.

I – Nos casos dos incisos I a VI do artigo 2º, em importância não superior ao valor da remuneração inicial constante nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenham funções semelhantes, ou, não existindo a semelhança, nas condições do mercado de trabalho;

II – Gratificação por atividade específica concedida aos servidores públicos do órgão ou entidade ocupantes de cargo similar àquele para a qual está sendo feita a contratação.

Parágrafo único – Para efeito deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 6º - O pessoal contratado nos termos desta Lei fica vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social cujas contribuições devem ser recolhidas durante a vigência da contratação.

Art. 7º - Aplicam-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei os seguintes direitos:

I – Afastamentos decorrentes de:

a) casamento até 8 (oito) dias;

b) luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, por até 8 (oito) dias;



c) licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao Regime Geral;

d) licença paternidade de 8 (oito) dias;

e) licença maternidade de 120 dias, na forma da legislação previdenciária aplicável ao Regime Geral.

f) doação de sangue 01 (um) dia;

g) alistar-se como eleitor 01 (um) dias

II – Repouso semanal remunerado na forma da legislação vigente;

III – Pagamento pelo trabalho no período noturno na forma da legislação vigente.

Art. 8º – O direito de requerer quaisquer haveres prescreve no prazo de 01 (um) ano após a ocorrência do fato gerador do direito vindicado ou do término do contrato de trabalho.

Art. 9º – São deveres dos contratados, na forma da presente Lei, os mesmos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais aos servidores efetivos.

Art. 10 – Ao contratado na forma da presente Lei é vedada a prática de atos previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 11 – O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I – Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

Art. 12 – As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância a ser instaurada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, com prazo de conclusão máximo de 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 13 – O contratado na forma da presente Lei responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, aplicando-se aos contratados na forma da presente Lei as

prescrições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 14 – Os contratados na forma desta Lei sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - Advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência.

II – Repreensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres e reincidência em falta que tenha resultado na pena de advertência;

III – rescisão da contratação, nos termos desta Lei, no caso de incidência de qualquer das hipóteses previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º - É motivo de rescisão da contratação, nos termos desta Lei, a ausência ao serviço por mais de 7 (sete) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.

§ 2º - É também motivo de rescisão da contratação, nos termos desta Lei, a nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

§ 3º - Em caso de afastamentos a que se refere o inciso I do artigo 7º da presente Lei, os contratados deverão apresentar justificativa ao órgão com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas no caso previsto na alínea “a” e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, nas situações previstas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, apresentando o documento de justificativa.

Art. 15 – O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, assegurando-se o pagamento das verbas rescisórias, em especial 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional:

I – Pelo término do prazo contratual;

II – Por iniciativa do contratado.

III - Pela extinção ou conclusão do projeto, definidos pelo contratante;



LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

Contrato: N.º 43/2021
Contratante: Prefeitura Municipal de Marianópolis do Tocantins- TO
Contratado: SIQUEIRA & CONTI LTDA
CNPJ: 29.756.346/0001-04
Espécie: Primeiro Termo Aditivo
Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses
Vigência: 30/12/2021 a 30/12/2022
Data de Assinatura: 30/12/2021
Signatários: Isaias Dias Piagem e Paulo Siqueira Baião

IV - Por falta disciplinar pelo contratado, nos termos definidos nesta Lei;

V - Por insuficiência de desempenho do contratado;

VI – Por interesse da Administração Pública.

§ 1º - A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 16 – Efetivada a contratação autorizada por esta Lei, o contratante encaminhará a respectiva informação ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro.

Art. 17 – A contratação nos termos desta Lei não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

Art. 18 – O Poder Executivo fica autorizado a contratação temporária de servidores conforme quantitativos, salários e condições dos cargos criados e vagos que fazem parte da estrutura do Município – Lei Municipal 366/2013.

Art. 19 – Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2022.

Art. 20 – Revogam-se as disposições em contrário a presente Lei.

Gabinete do Prefeito de Marianópolis do Tocantins, aos 31 de dezembro de 2021.

ISAIAS DIAS PIAGEM
Prefeito Municipal

